

JUSTIFICATIVA DE INADIMPLÊNCIA – CCEE

A ELECTRA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA S.A. (“Electra”), agente da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE há mais de 24 anos, vem, respeitosamente, apresentar justificativa acerca da inadimplência verificada no âmbito da contabilização e liquidação financeira do mercado de curto prazo apurado pela CCEE, nos termos a seguir expostos.

A Companhia sempre atuou buscando atender consumidores finais (clientes livres ou concessionárias/permissionárias) em contratos de longo prazo, fechando suas posições de balanço no ano cível anterior, deixando para o ano corrente a contabilização e liquidação das flexibilidades contratuais. Nessa mesma lógica, os anos subsequentes também tinham sua exposição reduzida em volume, a depender da maturidade do suprimento.

Essa estratégia permitiu à Electra atravessar diversas crises, inclusive quando da publicação da Medida Provisória 579/2012 e nas diversas crises hídricas que o setor atravessou, inclusive em 2021. Durante todo esse período, o sinal de preço de curto prazo favorecia a liquidez no mercado e a possibilidade de fechamento das posições com antecedência. A estratégia mostrou-se eficaz porque os desvios de preço, ainda que relevantes, eram de duração limitada e permitiam reação tempestiva.

O ambiente regulatório instaurado a partir de janeiro de 2025, ao contrário, produziu elevação estrutural e persistente do PLD, que se prolongou além de qualquer horizonte razoável de ajuste operacional, tornando ineficaz o mecanismo de gestão de risco historicamente adotado pela Companhia.

Conforme é de conhecimento público e setorial, a alteração dos parâmetros Alfa e Lambda do CVaR, deliberada no âmbito da extinta Comissão Permanente para Análise de Metodologias e Programas Computacionais do Setor Elétrico – CPAMP, com alteração do par (25,35) para (15,40) a partir de janeiro de 2025, produziu impactos estruturais relevantes na formação do PLD.

Concomitantemente, ocorreram alterações relevantes relacionadas à metodologia de atualização do Custo Variável Unitário (“CVU”) estrutural das usinas termoeletricas, encerramento de CCEARs de usinas térmicas, que passaram a declarar CVUs significativamente mais elevados, incluindo custo fixo dentro do custo variável, além do atraso na realização do Leilão de Reserva de Capacidade, circunstâncias que resultaram em elevação persistente do PLD em patamares significativamente superiores aos padrões históricos, com impacto direto na liquidez do mercado.

O cenário foi agravado a partir de março de 2026 pelo deslocamento do PLD do Submercado Sul, circunstância que provocou forte pressão sobre o caixa e sobre as exigências de garantias financeiras dos agentes de comercialização.

Todos os eventos narrados, que culminaram na atual situação, decorreram de contexto regulatório, operacional e financeiro extraordinário, cujos efeitos, em magnitude e persistência, mostraram-se imprevisíveis mesmo para agentes que, como a Electra, adotavam estratégias conservadoras de gestão de risco, enfrentado pelo setor de comercialização de energia elétrica brasileiro ao longo de 2025 e 2026.

Os efeitos combinados desses fatores resultaram em severa restrição de liquidez no mercado de comercialização de energia elétrica, afetando diversos agentes do setor, inclusive comercializadoras historicamente adimplentes.

Apesar desse cenário extraordinário, a Electra adotou diversas medidas voltadas à preservação de suas atividades e ao cumprimento de suas obrigações, incluindo:

- aumento e aporte de capital em março de 2026, no valor de R\$ 390 milhões;
- realização de captações financeiras ao longo de 2025 (R\$ 145 milhões) e 2026 (R\$ 125 milhões);
- venda de contratos futuros em 2025, no total de R\$ 150 milhões;
- venda de ativos em 2026;
- renegociação de operações financeiras em 2026;
- renegociação bilateral com clientes com contratos anteriores à mudança regulatória exposta anteriormente;
- renegociação com fornecedores;
- solicitação de parcelamento do aporte de garantias financeiras perante a CCEE; e
- adoção de medidas judiciais e regulatórias voltadas à preservação operacional da Companhia.

No contexto das medidas adotadas pela Companhia para preservação de sua regularidade operacional e mitigação dos impactos financeiros decorrentes da atual crise setorial, a Electra formalizou perante a CCEE, em duas oportunidades distintas, pedidos de parcelamento do aporte de garantias financeiras, como alternativa voltada ao adequado equacionamento dos valores exigidos no contexto extraordinário então enfrentado pelo mercado.

Os referidos pedidos foram apresentados justamente com o objetivo de evitar a inadimplência, preservar a continuidade operacional da Companhia perante a CCEE e permitir o adimplemento ordenado das obrigações financeiras decorrentes da contabilização do mercado de curto prazo, à semelhança do racional já adotado pela própria Câmara em situações envolvendo parcelamentos de inadimplemento de agentes.

Não obstante os esforços empreendidos pela Companhia, os pedidos não foram acolhidos sob o fundamento de ausência de previsão regulamentar específica.

Paralelamente, diante da excepcionalidade do cenário enfrentado, a Electra ajuizou pedido de tutela cautelar antecedente, com fundamento no art. 20-B, §1º, da Lei nº 11.101/2005, visando à preservação da atividade empresarial, à manutenção da regularidade operacional perante a CCEE e à viabilização de procedimento de mediação com credores e contrapartes.

No âmbito da referida ação, foi inicialmente deferida medida liminar determinando a manutenção do registro e da contabilização dos contratos existentes perante a CCEE relativamente ao mês de março de 2026, decisão posteriormente operacionalizada pela própria Câmara por meio do Mecanismo Auxiliar de Cálculo – MAC.

Posteriormente, sobrevieram decisões proferidas no âmbito dos Agravos de Instrumento relacionados à referida tutela cautelar antecedente, que resultaram na suspensão parcial da decisão anteriormente concedida, produzindo impactos operacionais e financeiros relevantes sobre a contabilização da Companhia perante a CCEE. De todo modo, a parte não suspensa da medida cautelar permanece em vigor, e ambas as partes encontram-se em procedimento de mediação ainda em curso perante a Câmara Wind de Mediação.

A Companhia vem atuando de forma transparente, colaborativa e contínua na busca de soluções negociais, regulatórias e operacionais voltadas à equalização dos impactos financeiros decorrentes da atual crise setorial.

A Electra informa, ainda, que já instaurou procedimento de mediação envolvendo credores e contrapartes impactadas pelos eventos acima descritos, buscando solução coordenada e consensual para as controvérsias existentes.

Por fim, a Electra reafirma seu compromisso com a regularização de sua situação operacional e financeira perante a CCEE, bem como com a preservação da estabilidade, segurança e integridade do mercado de comercialização de energia elétrica.

Curitiba, 21 de maio de 2026.

ELECTRA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA S.A.